

O SIGNIFICADO DA FILANTROPIA NO SÉCULO XXI

Maria da Conceição Pereira¹

Resumo: *O estudo ora apresentado é fruto de uma pesquisa que traz elementos de análise sobre as ações filantrópicas, mostrando que, para além das ações de benevolência, existe uma relação direta entre essas ações e interesses econômicos, tendo em vista a manutenção do sistema social vigente. É um estudo que visa desmistificar as ações filantrópicas para fazer transparecer interesses econômicos e políticos que se escondem por trás desse fenômeno social. Objetiva analisar o significado das ações filantrópicas na atualidade, compreender a relação das atividades econômicas com a área social e apreender fatores sociais que geram demandas por serviços filantrópicos. A pesquisa foi desenvolvida em duas instituições que prestam serviço, sem ônus direto, à população. Uma dessas instituições atua na área de saúde e a outra, em uma comunidade considerada de vulnerabilidade social e econômica. As ações filantrópicas permitem dar respostas pontuais às manifestações da questão social, constituindo-se em um campo de trabalho delicado para o profissional Assistente Social, que apreende os fenômenos sociais em sua totalidade, no entanto, é essa mesma apreensão que poderá contribuir para a proficiência de uma ação profissional permeada por contradições. Foram utilizados dados secundários, através das fichas dos usuários das duas instituições pesquisadas e das referências consultadas, bem como dados primários, através da observação sistemática e da aplicação de questionários a pessoas atendidas nas duas instituições.*

Palavras-chave: Ações filantrópicas. Interesses econômicos. Sistema social.

1. INTRODUÇÃO

A ação filantrópica é um fenômeno recorrente no século atual, constituindo-se enquanto peça importante na manutenção do sistema neoliberal. Pode advir de ação de organizações sociais do terceiro setor, que corroboram com funções sociais do Estado, como pode ser promovida por instituições que representam o capital financeiro. Entre esses dois extremos, pode-se apreender que a interferência dessas ações fragiliza a motivação em se contrapor aos ordenamentos do Estado moderno.

Esse artigo visa analisar o significado da filantropia na atualidade, situando-a em sua dimensão socioeconômica e política, ultrapassando uma apreensão conceitual de benevolência do fenômeno. Existe um breve delineamento histórico de momentos anteriores, onde a filantropia poderia ser pensada como ações cooptadas pelo sistema capitalista para amenizar as disparidades sociais, até chegar ao século XXI, em que o neoliberalismo demarca o sistema socioeconômico. Nesse cenário, as ações filantrópicas não são apenas cooptadas, fazem parte dos ordenamentos do sistema vigente.

Assim, a filantropia é analisada a partir do seu significado e importância para o sistema neoliberal. Dentro desse contexto e a partir dos dados analisados, vai se delineando a filantropia enquanto elemento imprescindível para o desencadeamento do neoliberalismo e sua lógica de

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador.

livre comércio, o que traz elementos de compreensão sobre as motivações de altos investimentos das chamadas mega fundações em torno de ações filantrópicas.

O artigo apresenta, discute, analisa e articula dados teóricos e dados empíricos advindos de entrevistas aplicadas a pessoas que utilizam os serviços prestados por instituições do terceiro setor, objetivando analisar o significado das ações filantrópicas na atualidade. Nessas incursões, constata-se a importância e significado das ações filantrópicas para as pessoas que não podem pagar por serviços que necessitam.

Vislumbra-se, também, o que significa as ações filantrópicas sobre a ideia de direito enquanto resultado de lutas e reivindicações sociais, delineando interferência ideológica que reforçam uma concepção de satisfação focal das necessidades, fragilizando o conceito de cidadania e universalização de direitos humanos.

2. A AÇÃO FILANTRÓPICA

2.1 FILANTROPIA: CONCEITUALIZAÇÃO E HISTÓRICO

Filantropia remete a ações benfeitoras. Segundo Nicola Abbagnano em seu dicionário de filosofia (2000), a palavra filantropia advém da Grécia e se reporta à oferta de auxílio entre as pessoas. Abbagnano (2000, p. 441) refere-se à compreensão que tinham Aristóteles e os Estoicos sobre essa palavra: “Amizade do homem para com outro homem, entendida como vínculo natural, visto que nenhum homem poderia ser alheio a outro homem”.

São ações referentes à sociabilidade primária e remetem a laços de solidariedade em sociedades pré-capitalistas. Da situação de carência pré-capitalista ao pauperismo do século XIX, acrescenta-se que, no século XIX, não é a falta de ingresso no mercado de trabalho que gera a carência, mas é a nova organização do trabalho. “O pauperismo representa, assim, uma espécie de imoralidade que se faz natureza a partir da degradação completa dos modos de vida dos operários e de suas famílias” (CASTEL, 2005, p. 287).

Diante das disparidades ocorridas no início da Revolução Industrial, em relação à disseminação da miséria, as ações filantrópicas continuam permeando o social. Essa assistência vai complexificando o seu gerenciamento e organização. As ações filantrópicas se fortalecem no século XXI, demonstrando funcionalidade no neoliberalismo. Apesar da representatividade da oferta dos serviços filantrópicos no século XIX e XX, as mudanças ocorridas na atualidade requerem uma reflexão sobre a oferta desse serviço.

A transformação é profunda. No decorrer de meio século, passamos de uma visão filantrópica, de generosidade assistencial, de caridade, de um tipo de bálsamo tranquilizador para as consciências capitalistas, para a compreensão de que a área social se tornou essencial para as próprias atividades econômicas [...]. (DOWBOR S/D, p.4)

Essa apreensão concebe a oferta de serviços como um fenômeno que deve ser analisado em termos de uma necessária rede em busca do bem estar social. São linhas de pensamento que apreendem o social como uma possibilidade de articular diversos atores como o setor público, o

setor privado, faculdades, em prol do bem estar social com um potencial de integração entre diversos setores em um movimento sinérgico.

É uma perspectiva que contempla a ação de várias instituições em prol do social, em uma concepção propositiva, dentro do próprio ordenamento capitalista. Não questiona o caráter da ajuda. No entanto, autores como Beghin (2005), Montañó (2007), Yamamoto (2010) apresentam uma abordagem crítica sobre a constituição do capitalismo, que visa os interesses de mercado e sobre as ações filantrópicas, que interferem na efetivação de uma cidadania pautada no direito.

2.2 AS AÇÕES FILANTRÓPICAS NO BRASIL

As ações filantrópicas no Brasil vinculam-se à Igreja Católica, já há mais de quatro séculos, mediante a atuação das Santas Casas de Misericórdia, da Irmandade da Misericórdia no século XVI. Esse espírito de caridade permeou a assistência social no Brasil, mantendo-se, mesmo com o advento da República e da separação entre a Igreja e o Estado. Beghin (2005) ressalta a estreita ligação entre filantropia e clientelismo no Brasil. No entanto, independente das concepções filantrópicas, o que se almeja com esse trabalho de pesquisa é favorecer uma reflexão com alcance para além do fato social em si. Importa apreender as motivações das ações filantrópicas, quais as circunstâncias que fazem com que seja necessária a sua existência. Para isso, importante se faz relacioná-la diretamente ao sistema político-econômico vigente.

A realidade vivenciada, por ser algo preponderante, emergente e urgente, permite que se capte o imediato e busque sobre ele atuar. O olhar observador permite uma reflexão mais desprendida do real dado, que confere uma apreensão para além do que se vê, em busca de analisar o que está por trás dos fenômenos. Para o olhar observador, as ações filantrópicas perpassam por um rico universo de possibilidades reflexivas, ao se buscar o significado dessas ações sociais, para além da satisfação das necessidades imediatas.

No entanto, existem investidas no sentido de demonstrar uma visão da esfera social e política desmembrada dos interesses econômicos sem, na verdade, dela se distanciar, pois são projetadas nas ideias neoliberais, por ser necessária uma apreensão ingênua do social ou, pelo menos, recortada. Essa apreensão da realidade mostra-se extremamente útil para a construção de certo “consenso social” ou, pelo menos, serve para forjar um discurso amenizador e favorecedor de uma legitimidade para o sistema.

3. PERCURSO EM DUAS INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

3.1 SIGNIFICADO E IMPORTÂNCIA PARA AS PESSOAS ASSISTIDAS

Esse artigo advém de um trabalho de pesquisa, que é fruto de observações em duas instituições sociais que prestam serviços sem ônus direto à população. Vinculada a uma universidade, uma dessas instituições tem por missão prestar serviços de saúde física e biopsicossocial “gratuitos”. Presta assistência de caráter preventivo, habilitador e reabilitador, nas disfunções ortopédicas, traumatológicas, reumatológicas, neurológicas e uroginecológicas. A outra é uma associação de moradores, através da qual foi observado o desenvolvimento de um projeto social idealizado e administrado por uma fundação e mantido com recursos de uma grande empresa internacional de equipamentos esportivos.

A abordagem metodológica se fundamentou em pressupostos da epistemologia qualitativa, pautada no princípio de que o processo de construção do conhecimento é dinâmico, diverso do conceito de verdade externo ao ser humano. Assim, evidencia-se que a análise qualitativa encontra sintonia na teoria Marxiana por ser uma abordagem que reconhece o conhecimento como capaz de ultrapassar a aparência, buscando a essência do objeto (NETTO, 2009).

O trabalho de campo foi realizado através de instrumentos como a entrevista e levantamentos de dados, utilizando fontes primárias e secundárias. Apresentam-se, a seguir, o perfil das pessoas assistidas na instituição vinculada à universidade. Foi realizado um recorte do perfil dos assistidos, no período de 2009 a 2012, utilizando-se fontes secundárias de dados, constituídas por fichas das pessoas atendidas, no período acima referido. As categorias de análise foram: sexo, faixa etária, estado civil, escolaridade e renda pessoal. Foram utilizadas 274 fichas de cadastro, assim distribuídas: 77 fichas de Uroginecologia, 43 fichas de neuroginecologia, 69 fichas de ortopedia e 85 de pediatria.

Ao se analisar a categoria sexo, pode-se observar haver equilíbrio entre a representatividade de gênero, na especialidade de uroginecologia, neurologia. Esse equilíbrio já não é o mesmo quando se analisou a especialidade de ortopedia, onde a representatividade feminina é de 60,9%. Quanto à categoria faixa etária, pode-se observar que, em todas as especialidades, a partir dos 48 anos se encontra o percentual mais representativo.

As necessidades especiais decorrem de doenças crônicas, congênitas e adquiridas, acidente vascular cerebral (AVC), mal de Parkinson, lesões por esforços repetitivos (LER), mal de Alzheimer, dentre outras. Em relação à pediatria, os problemas já são detectados no nascimento ou se manifestam nos primeiros anos de vida. São atendidas crianças de 0 a 12 anos de idade, com alterações neurológicas, hiperatividade, distúrbio na aprendizagem, paralisia cerebral, hidrocefalia, microcefalia, entre outros fatores.

Quanto ao estado civil, a maioria representativa na especialidade uroginecologia é de pessoas separadas; na neurologia é de solteiros; na ortopedia é de casados. Em se tratando da escolaridade, o primeiro grau incompleto e primeiro grau completo são mais representativos. Em relação à renda, o percentual mais representativo é de zero a um salário mínimo. Os bairros de moradia dos usuários, mais representativos, ocupam a área geográfica localizada na periferia do município de Salvador.

A outra ação de trabalho de campo se pautou em adquirir uma aproximação sobre o grau de satisfação dos pacientes em relação ao atendimento na Instituição. A seguir, encontram-se os dados levantados sobre este aspecto. Houve a preocupação em estimular participação livre, através de questão aberta, semiestruturada. A entrevista se pautou sobre os aspectos em relação ao tempo de espera, ao tempo de atendimento, sobre a evolução do quadro do paciente e aspectos gerais que perpassam pelo grau de satisfação ou não dos pacientes ou acompanhantes.

Em relação ao tempo de espera para o atendimento, a maioria sinalizou o item ótimo, no entanto, registra-se também o comentário de uma das entrevistadas que pontuou como regular, porque tem que chegar às 08:00 horas, mas só vai ser atendida às 09:00 horas.

Em relação ao tempo disponibilizado para o atendimento, a maioria afirma ser ótimo. As pessoas atendidas, em sua maioria, já tinham iniciado tratamento em outras Instituições de saúde, tanto pública como privada. Todas afirmaram ter havido evolução na melhoria do estado de saúde, a partir do tratamento na Instituição. As notas referentes aos serviços prestados tanto de fisioterapia quanto do Serviço Social variaram entre 9; 10 e 7,5.

Registram-se, aqui, alguns desses comentários, por se mostrarem pertinentes sobre o significado do atendimento na Instituição para essas pessoas como se pode notar nos depoimentos a seguir:

“(...) Um dia a botinha veio colocada de forma errada, falta de orientação dos professores em algumas situações. (...) Gostaria que, no período de férias, tivesse uma equipe para manter o tratamento ou nos encaminhar para outra instituição, pois a doença não para e a fisioterapia é um processo contínuo” (acompanhante).

É uma fala que expressa uma insatisfação e apresenta uma sugestão em relação ao período de férias em que a criança fica sem atendimento. Essa fala faz-se refletir sobre os direcionamentos que conduzem a instituição, pois a mesma atua conforme seu calendário acadêmico. Do outro lado estão as pessoas que precisam de um tratamento continuado, ficando nítido que não se trata de um direito que seja garantido a partir das necessidades das pessoas, mas um serviço que está condicionado à estrutura, aos interesses e organização da instituição que o presta. Já outra acompanhante ressalta o aspecto positivo:

“O trabalho é muito importante para os pais e filhos, de grande valia! Estou muito satisfeita em ter conseguido, temos aqui apoio. O trabalho é bem desenvolvido” (acompanhante de paciente).

Nessa manifestação se pode observar a importância em ter conseguido o tratamento, o que remete à dificuldade que essa senhora teria em conseguir atendimento na rede pública. Isso indica que, embora a legislação garanta o acesso universal ao sistema de saúde, na realidade, o acesso é difícil face à demanda reprimida. Isso revela que o dever do Estado não está sendo cumprido e o direito do cidadão, desrespeitado.

3.2 SENTIMENTOS DE GRATIDÃO E SEU SIGNIFICADO

Diante dessa realidade, as pessoas passam a se relacionar com as instituições que prestam serviço de “filantropia social” com relevante grau de gratidão, afinal, se não tivessem essa alternativa, certamente, não teriam perspectivas em ser atendidas como se pode destacar nas palavras de uma paciente:

“É uma maravilha! o atendimento é ótimo, tudo é de qualidade, não sei nem como agradecer”.
(paciente).

O sentimento de gratidão traz em si a ideia neoliberal de suprimir a noção de direitos sociais, legitimando a expansão do terceiro setor. Contribui, também, para reforçar a ideia de bem-estar de uma instituição privada a serviço da questão social. Com a retração do Estado, abre-se campo para investimento na área da saúde com objetivos econômicos, ressaltando-se a vantagem de prestação de serviço com “qualidade assegurada”. Essa expressão vem trazer esse grau de comparação com o serviço particular que, geralmente, tem uma referência de bom atendimento.

“O atendimento aqui é maravilhoso, nem particular é assim” (paciente).

Esse levantamento do grau de satisfação dos pacientes traz importantes elementos para futuro aprofundamento e análise, por ser um instrumento que parte da perspectiva dos (as) pacientes e que reflete a realidade social das pessoas que necessitam de tratamento de saúde e tem na Instituição filantrópica uma perspectiva de atendimento qualificado, capaz de produzir evolução no tratamento através de alívio de dores, melhoria na coordenação motora, melhoria no desenvolvimento pélvico, contribuindo, significativamente, para a melhoria na qualidade de vida. A partir da análise dos dados, conclui-se que a Instituição está intervindo de forma a contemplar as demandas que chegam e garantir um espaço alternativo para essas pessoas, a partir de uma ação focal.

A outra instituição em que foi realizado o estudo é uma Associação de moradores de um bairro de periferia, portanto, uma organização da sociedade civil, não empresarial e sem fins lucrativos. A mesma intervém na área da educação, desenvolvimento comunitário e econômico, desenvolvimento de lideranças e gestão de projetos. O Projeto sobre o qual se processou a observação faz parte das ações dessa Associação, entre as quais atividades esportivas desenvolvidas com crianças e adolescentes em uma quadra de esporte pública no bairro.

3.3 PARA ALÉM DA SATISFAÇÃO IMEDIATA

Em uma terceira etapa do trabalho de campo foram entrevistados dez beneficiários, contemplando as duas instituições, entre pacientes, acompanhantes e mães das crianças e adolescentes atendidos no Projeto, objetivando apreender o significado e importância em ser atendido pela Instituição. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário com questões norteadoras.

As pessoas entrevistadas informaram suas ocupações como, por exemplo: empresária, vendedora, pintor, doméstica, doceira. Os níveis de escolaridade citados foram: 2º. Grau completo, 1º. Grau e sem escolaridade. Dentre os dados coletados, é importante frisar a forma como as pessoas têm conhecimento do serviço prestado pelas instituições. Foi constatado que não existe um órgão responsável por orientar ou fazer encaminhamentos. É uma divulgação oral sobre o atendimento. Esse dado se faz importante porque ele permite perceber indícios sobre características de aleatoriedade de um serviço incerto, fortuito.

“Soube através do posto de saúde onde eu moro na Saramandaia aí tem um rapaz que trabalha lá que sai pelas casas da gente, pra saber de remédios, aí falei que precisava fazer fisioterapia, mas não aguentei continuar porque a despesa é muita e o recurso é pouco. Aí eu cheguei pra ele e falei que tava precisando fazer. Aí ele disse que se lembrou que tinha um professor lá da faculdade [...] porque eu estou em uma situação difícil, doente e sem poder me tratar particular e não há dinheiro. Lá na liberdade eu paguei 150,00 na fisioterapia e aí quanto terminou, eu paguei mais 150,00, lá se foi 300,00” (Entrevistada 4).

Após contato telefônico com uma funcionária da clínica indicada, essa paciente ficou em casa, esperando retorno.

“Aí, quando eu nem pensava, eu dei o telefone da minha residência e dei o celular de minha menina, quando eu tava em casa, minha menina disse oh mãe! a faculdade chamou pra senhora ir” (entrevistada 4).

As pessoas buscam o serviço, mas sem garantia de que serão atendidas. A fala dessa outra paciente, referindo-se a outra pessoa desanimada em procurar pelo atendimento, também revela esse sentimento, que advém da falta de uma garantia.

“[...] Eu tenho indicado pra algumas pessoas, às vezes as pessoas ficam inibidas; ah! É gratuito, eu não vou conseguir. Normalmente não consegue né? Você chega em um lugar, se inscreve gratuitamente, e nunca lhe chamam[...]” (entrevistada 4).

“Eu vim através da indicação de um médico, porque eu fazia fisioterapia em um local que ele (o médico) achava que não era adequado para o meu filho. Tive dificuldade em localizar as clínicas que faziam fisioterapia direcionada a problema cerebral e o plano de saúde aonde tinha, não cobria, eu fui indicada pelo médico da instituição X, que me indicou aqui como um dos melhores locais, que eu poderia fazer gratuitamente [...]” (Entrevistada 1).

Na fala dessa mãe, também, se pode perceber que, mesmo dispondo de plano de saúde, não teve seu atendimento garantido, tendo que recorrer ao serviço filantrópico. Um fato social que também chama atenção por estar, cada vez mais, fragilizando-se o serviço privado de saúde, o que remete para o caráter puramente lucrativo desse setor e sobre o grau de vulnerabilidade em que se encontram os cidadãos brasileiros em relação à efetivação dos cuidados à saúde. É uma experiência em que o cidadão paga impostos, paga plano de saúde e precisa recorrer à ação filantrópica. O Estado que arrecada impostos, bem como empresas e planos de saúde que estão cada vez mais capitalizados não participam da contra partida, sendo eles os grandes beneficiados a partir da remercantilização dos serviços à saúde.

Não existe uma garantia de atendimento no setor filantrópico e as opções, fora dessa possibilidade, são poucas ou inexistentes para quem não pode pagar ou não tem acesso a um plano de saúde que dê cobertura ao tratamento.

“Eu ia ter que buscar não sei aonde, mas eu teria que buscar isso daí, se eu não tivesse, e não conseguisse aí eu ia ter que pagar, porque com certeza eu precisaria do tratamento pra ele, ia ter que dar um jeito de pagar[...]” (entrevistada 1).

A expressão “não sei aonde” indica imprecisão, o acaso diante de algo concreto, que é a necessidade do atendimento para restauração da saúde. Essa entrevistada tinha o plano de saúde, mas não foi contemplada. A outra, também com plano de saúde, iria recorrer, mas, como está satisfeita com o atendimento, prefere continuar na clínica da universidade.

“Se não tivesse aqui, eu ia fazer pelo plano [...]” (entrevistada 3).

Quem não tem um plano que cubra o tratamento e nem recursos para custear o tratamento deposita suas esperanças nos serviços prestados pelas faculdades.

“Alternativa era ficar tentando achar em outras faculdades, né?” (entrevistada 6).

O Sistema Único de Saúde não contempla a todos e, mesmo quando se consegue, não se tem garantia de continuidade no tratamento. A experiência do paciente abaixo revela que, mesmo sendo atendido por uma instituição da rede pública, circunscrita pela esfera do direito, pode ser destituído do mesmo, ficando à mercê do acaso. Antes de recorrer à filantropia, ele era assistido pelo Sistema Único de Saúde.

“Na outra clínica era SUS, depois fechou. Acho que o SUS não pagou, não sei o que houve, aí dispensou todo mundo. Quando fechou, eu tava lá, de lá foi que eu vim pra aqui”. (paciente 7)

O atendimento foi suspenso sem nenhum encaminhamento, nenhuma satisfação, portanto, um direito violado sem restituição. Se não houvesse a rede filantrópica, qual a alternativa desse cidadão, que tinha urgência no tratamento?

“Aí eu ia procurar, eu ia procurar, porque eu tive AVC, se não tivesse começado a fisioterapia não sei o que seria de mim, eu não andava, não fazia nada. Quando comecei na outra clínica eu andava com muletas, tinha que ter uma pessoa pra acompanhar. É porque o trabalho de lá é diferente do daqui, não sei porque, lá só tinha também uma pessoa só, pra atender várias pessoas entendeu? E aqui não, aqui cada paciente tem uma pessoa pra fazer exercícios.” (paciente 7).

Diante das dificuldades em ser atendida na rede pública, uma paciente revela a estratégia em ter que recorrer a alguém influente para ser contemplada em um hospital público de qualidade reconhecida.

“[...] só consegui através de um amigo meu, me inscrever, fiquei mais de quatro meses esperando aí um amigo meu, que é político, foi que eu consegui chegar [...]. Então foi um lugar que realmente é eu tive certo apoio, mas se eu não tivesse conhecimento eu não conseguiria [...]” (paciente 1).

Mas uma vez, constata-se que mesmo a assistência pública não é garantia de universalização de direitos. Para alguns dos entrevistados, o Sistema Único de Saúde é algo quase inexistente.

“O SUS não acabou né? Que ainda tem lugar que atende, mas pra mim tá acabado. Minha filha vou te dizer: Deus me livre e guarde tá demais, o SUS pra mim acabou, procuro, não acho! Ali no largo de Roma mesmo eu fui ali perto do Bonfim, mas pra uma pessoa conseguir uma ficha tem que chegar lá duas, três, quatro horas da manhã, a pessoa já doente, vai conseguir fazer uma viagem dessa? Se agente chega lá cinco, seis horas, já acabou a ficha, é quinze, vinte fichas.” (entrevistada 4).

São depoimentos reveladores do sentimento de insatisfação devido às expectativas frustrantes de uma cidadã que tem seus direitos violados, sem ter a quem recorrer. Nesse contexto, algumas instituições filantrópicas suscitam sentimento de satisfação, apresentando respostas aos problemas apresentados. Percebe-se que as políticas públicas não atendem às necessidades da população nem tampouco as instituições filantrópicas têm condições de supri-las, em sua totalidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na direção em que segue a humanidade, cria-se um cenário em que, em breve, não mais se conceberá sociedades como a Brasileira sem as instituições filantrópicas, tal o grau em que está sendo moldada sua interferência na conjuntura atual. Trata-se de mais um mecanismo de ajuste neoliberal que tem capacidade para absorver os micro poderes que podem se reverter em insurreições. A filantropia é, portanto, um fenômeno de ajuste com alto poder de ordenamento social, diante da falta de perspectivas de ação pública que contemple as necessidades sociais.

A participação democrática deve ser algo subsumido e isso está, também, intrínseco à forma como se realiza as ações filantrópicas, sem a mínima participação efetiva, pois quem presta o serviço, a priori, já sabe o que as pessoas necessitam. Esses ajustes filantrópicos são necessários, inclusive para manter certa coerência com as declarações que reconhecem os direitos universais da pessoa humana, pactuadas pelos países que gerenciam o sistema econômico. No entanto, a noção do direito, enquanto resultado de lutas e conquistas, dilui-se no universo em que se assentam as ações filantrópicas.

Diante do exposto a partir da pesquisa, apreende-se a complexidade da ação filantrópica no século XXI que, captada apenas em sua ação focal, transmite uma imagem descolada de todo um projeto político-social à qual está atrelada e a seu serviço. O que se vislumbra são atitudes de pessoas de boa vontade que, acometidas por sentimento de piedade, buscam ajudar os despossuídos. Essa é a imagem da ação filantrópica, captada em uma apreensão estática, sem relação com os interesses econômicos e políticos que a permeiam, no entanto, são ações imbuídas dos interesses capitalistas.

A filantropia no século XXI significa, na verdade, fortalecimento neoliberal a partir de projetos em que elas são consideradas como relevantes, em especial por representar redução dos gastos sociais públicos e sua inferência sobre a noção de direitos sociais, sendo capaz de ludibriar, causando uma apreensão do fenômeno recortado, produzindo ingenuidade na apreensão de um fenômeno que se apresenta e se faz perceber por uma perspectiva unilateral da bondade, da caridade, por se apresentar a partir de ações benfazejas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CARDOSO Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel. Mobilização Social e Práticas Educativas. *In: Conselho Federal de Serviço Social. O trabalho do Assistente Social e as Políticas Sociais*. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mód. 4. Brasília: CFESS, ABEPSS, UNB/CEAD, 2000.

ANDRADE, Regis de Castro. **Brasil: a economia do capitalismo selvagem**. Lua Nova. n.57. 2002.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. *In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARROCO, Maria Lucia Silva e TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (org.) São Paulo: Cortez, 2012.

BEGHIN, Nathale. **A Filantropia empresarial: Nem caridade, nem direito.** São Paulo: Cortez, 2005, v.122.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Campus. 2004.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da questão social.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. Os Serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In: MOTA, Ana E. (org^a). **A nova fábrica de consensos.** 5ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2010, p. 97-113.

DOWBOR, Landislau. Gestão social e transformação da sociedade. Disponível em: <<http://ppbr.com/ld>>. Acesso em julho de 2013.

DURIGUETTO, Maria Lúcia e BALDI, Luiz Agostinho de Paula. Serviço Social, mobilização e organização popular: uma sistematização do debate contemporâneo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n2/04.pdf>>. Acesso em 13/03/2014.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. In. **Serviço Social & Sociedade**, n.81, São Paulo: Cortez, 2005, p. 81-101.

ESCORSIM, Silvana Maria. A filantropia no Brasil: entre a caridade e a política de assistência social. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br>>. Acesso em setembro de 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política Social?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade.** 19ª Edição. São Paulo: Cortez /2010.

_____. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** 34ª. Edição. São Paulo: Cortez /2011.

IANNI, Octavio. Globalização: Novo paradigma das ciências sociais. **Estudos Avançados**, vol. 8, n. 21, São Paulo, mai./ago.1994.

IPEA. Brasil, Resultados Finais – 2ª edição. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/acaosocial/articledcd2.html?Id_article=244>. Acesso em 20/10/2013.

KURTZ, Robert. As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise. **Estudos avançados**, vol. 7, n. 18, São Paulo, mai./ago. 1993.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 3ª. Edição. São Paulo: Atlas, 1991.

LOWY, Michael. **Ideologias e ciência social: Elementos para uma análise Marxista.** São Paulo: Cortez, 2000.

LUBISCO, Nídia M. L. e VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico: Monografias, Dissertações e Teses.** 2ª. Edição. Salvador: EDUFBA, 2003.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. Metodologia qualitativa, 2000. Disponível em: <<https://docs.google.com/document/d/1vjQ7lsNnz9xkhjXG1AE64k9hT93gRahnp6W-TYumCko/edit?pli=1>>. Acesso em 15/09/2013.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** 12ª. Edição. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTAÑO, Carlos. Das Lógicas do Estado às Lógicas da Sociedade Civil. In: **Serviço Social & Sociedade**, no. 59, p. 47- 49. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social.** 4ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

_____; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 5).

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

_____. Introdução ao método da teoria social. In: Conselho Federal de Serviço Social- CFESS e Associação Brasileira de ensino e pesquisa - ABEPSS (Orgs.) **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, 2009, p. 667-700.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**, Ano 2, n. 3, Brasília, ABEPSS, 2001, p. 41-49.

OIT. Disponível: <http://www.oit.org.br/content/desemprego-mundial-aumenta-novamente-mas-com-grandes-diferencas-regionais>. Acesso em 30/03/2014.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria “Questão Social” em debate.** São Paulo: Cortez, 2007.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: Caminhos da construção democrática.** São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal.** 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERRA, Rose Mary Sousa. **A prática institucionalizada do Serviço Social: Determinações e possibilidades.** São Paulo: Cortez, 1982.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: Afinal do que se trata?** Belo Horizonte:UFMG, 1999.

YASBECK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, CFESS / ABEPSS, 2009, p. 125-141.

_____. Pobreza e exclusão social: Expressões da questão social no Brasil. *In: Temporalis*, Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, 2001, p. 51-61.